

REQUERIMENTO DE INFORMACÕES Nº 1/2026

(Do Sr. Luiz Carlos Hauly)

Requer informações ao Ministro de Estado da Defesa acerca da celebração de acordos, memorandos de entendimento, cooperação técnica, compartilhamento de infraestrutura ou qualquer outro instrumento envolvendo estação terrestre de satélites no Estado da Bahia (“Tucano Ground Station”) e instituições/empresas estrangeiras, bem como sobre o Laboratório China-Brasil de Radioastronomia na Paraíba.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e seguintes do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Defesa as seguintes informações, instruída com cópia integral dos documentos pertinentes:

1- Existe ou existiu Memorando de Entendimento-MOU, acordo de cooperação técnica, convênio ou instrumento congênere firmado entre a Força Aérea Brasileira- FAB, o DCTA ou qualquer órgão subordinado ao Ministério da Defesa e empresa brasileira do setor espacial relacionada à denominada “Tucano Ground Station”?

Em caso afirmativo:

- a) Qual o objeto específico do instrumento?
- b) Qual sua vigência?
- c) Há cláusulas que autorizem uso de antenas, instalações ou infraestrutura da FAB como contingência (“backup”)?



d) Houve transferência de tecnologia, treinamento de pessoal ou intercâmbio técnico?

e) Existe participação direta ou indireta de empresas ou entidades estrangeiras na execução do objeto?

2- Há, atualmente, qualquer utilização de infraestrutura da FAB ou do DCTA por empresa privada para comunicação espaço-solo, rastreamento, telemetria ou controle de satélites?

a) Em caso positivo, sob qual fundamento jurídico?

b) Quais os mecanismos de controle, auditoria e segregação de redes adotados?

3- O Ministério da Defesa realizou análise de risco estratégico ou parecer técnico sobre eventual uso dual (civil/militar) da referida estação terrestre?

a) Houve manifestação do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas ou do Comando da Aeronáutica?

b) Existem relatórios internos sobre impacto à soberania ou segurança cibernética?

4- Há conhecimento ou participação do Ministério da Defesa no Laboratório China-Brasil de Radioastronomia instalado na Paraíba?

a) Existe cooperação formal com as Forças Armadas?

b) Foram avaliadas implicações estratégicas relacionadas a tecnologias de observação de espaço profundo?

-Há protocolos específicos para impedir eventual acesso não autorizado a dados sensíveis ou de interesse da Defesa Nacional em parcerias envolvendo estações terrestres privadas?

5- O Ministério da Defesa foi formalmente instado por qualquer governo estrangeiro a prestar esclarecimentos sobre tais instalações no território nacional?

6- Existe algum procedimento administrativo, investigação ou auditoria em curso sobre o tema?



JUSTIFICAÇÃO

Relatório recente produzido por comissão legislativa estrangeira apontou a existência de possível rede de estações espaciais com potencial uso dual (civil/militar) na América Latina, mencionando o Brasil como país onde haveria cooperação envolvendo estação terrestre de satélites na Bahia, bem como laboratório de radioastronomia na Paraíba.

Segundo as informações divulgadas, haveria memorando de entendimento-MOU entre empresa brasileira do setor espacial e a Força Aérea Brasileira, por intermédio do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial-DCTA, incluindo eventual previsão de treinamento e utilização de antenas da FAB como “backup”.

Ela nasce de um relatório do Select Committee on the CCP -Câmara dos EUA, publicado em 26 fev. 2026, que descreve uma rede de instalações espaciais na América Latina com possível uso dual (civil/militar).

No Brasil, o relatório cita duas frentes:

(A) “Tucano Ground Station” -Bahia

O relatório diz que a Tucano Ground Station foi formalizada por um acordo em 2020 e seria uma joint venture entre a brasileira Ayla Nanosatellites e a chinesa Beijing Tianlian Space Technology. Afirma também que a localização exata é desconhecida (“unknown”).

O documento sustenta que a empresa chinesa é ligada/afiliada a grandes conglomerados do setor espacial chinês e que a estação forneceria comunicações espaço-solo de longa duração, inclusive para satélites de reconhecimento, enquanto a Ayla diz que a estação apoiaria constelação comercial de observação da Terra.

Ponto sensível: o relatório menciona um MOU entre Ayla e a Força Aérea Brasileira (via o Departamento de Ciência e Tecnologia), incluindo treinamento e uso de antenas da FAB como “backup” — e, a partir disso, faz a inferência de risco de influência/doutrina e potencial de vigilância (dual use).

(B) Laboratório China-Brasil de Radioastronomia - Paraíba



O relatório também cita o China-Brazil Joint Laboratory for Radio Astronomy Technology (Serra do Urubu/PB), criado em 2025 por acordo de um instituto chinês (CESTNCRI) com UFCG e UFPB, dizendo que tecnologia de “deep space observation” pode ter uso dual.

Essa iniciativa já apareceu em cobertura internacional - Reuters como cooperação científica sob escrutínio dos EUA

Tais alegações, embora não comprovem a existência de qualquer instalação militar estrangeira em território nacional, suscitam questionamentos legítimos quanto à soberania, segurança da informação, controle de infraestrutura crítica e eventuais implicações estratégicas.

Diante da relevância do tema para a Defesa Nacional, a política espacial brasileira e a salvaguarda da soberania, impõe-se o esclarecimento oficial por parte do Ministério da Defesa.

Sala das Comissões, de março de 2026.

Deputado LUIZ CARLOS HAULY
PODE – PR

